

**Brizola, as eleições de 1958 e as disputas em torno do Trabalhismo no Rio Grande do Sul (1956-1959)<sup>1</sup>**

*Brizola, the 1958 elections and the disputes over the Labor Movement in Rio Grande do Sul (1956-1959)*

Samuel da Silva Alves<sup>2</sup>

**Resumo**

Este artigo é um recorte de uma pesquisa maior, já finalizada, que tratou da candidatura e da campanha eleitoral de Leonel de Moura Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958. As eleições de 1958 inserem-se no chamado “segundo tempo do trabalhismo”, de um PTB sem Getúlio Vargas, marcado por disputas em âmbito nacional e estadual entre lideranças, antigas e em ascensão, pelo domínio da máquina partidária, pelas redefinições dos conteúdos programáticos e pelo legado do carisma varguista. Nesse artigo, buscamos analisar de que forma a disputa entre Leonel Brizola e Loureiro da Silva pelo posto de candidato do PTB ao governo estadual e a tentativa de impugnação da candidatura trabalhista por parte de Guilherme Mariante, ex-deputado estadual do PTB, se enquadram nesse contexto do trabalhismo pós-1954. O ponto de partida teórico para esta análise é a teoria do campo político, proposta pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu.

**Palavras-chave:** Trabalhismo; Partido Trabalhista Brasileiro; Eleições de 1958

**Abstract**

This article is part of a largest research, already completed, which approached the candidature and electoral campaign of Leonel de Moura Brizola for the government of Rio Grande do Sul in 1958. The 1958 elections are part of the so-called “second half of the labor movement”, of a PTB without Getúlio Vargas, marked by disputes at the national and state levels, between old and rising leaders, for the domination of the party machine, for the redefinition of the programmatic contents and for the legacy of the Vargas charism. It seeks to analyze how the dispute between Leonel Brizola e Loureiro da Silva for the position of PTB’s candidate to the state government and the attempt to impugn the labor candidature by Guilherme Mariante, ex-congressman of PTB, and how it inserts in this context of the labor movement after 1954. The theoretical starting point for this analysis is the theory of the political field, proposed by the french sociologist Pierre Bourdieu.

**Keywords:** Labor movement; Brazilian Labor Party; 1958 elections

---

<sup>1</sup> Este artigo é um recorte de uma dissertação de mestrado, intitulada *Ideias novas para problemas velhos: a candidatura e campanha eleitoral de Leonel Brizola ao Governo do Rio Grande do Sul em 1958* (ALVES, 2020). Tal pesquisa contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>2</sup> Doutorando em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: samuel.alves13@outlook.com

## Introdução

Conforme nos explica Angela de Castro Gomes (1994, p. 133-136), o período que sucedeu o suicídio de Getúlio Vargas foi de intensas transformações para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do qual era o principal representante. O ato de Vargas desorientou não apenas o eleitorado, que perdeu sua principal referência simbólica, mas também membros e lideranças do partido, que, ainda em 1954, amargou expressivas derrotas em nível estadual e nacional. No intuito de torná-lo um partido bem sucedido eleitoralmente, foram necessárias reformas de cunho organizacional (que exigiam a reestruturação e expansão da máquina do partido) e ideológico (a luta pelo monopólio do carisma de Vargas e a simultânea distinção entre o getulismo e o trabalhismo). Esta reorganização partidária, porém, implicou em uma série de disputas entre lideranças políticas pelo controle nacional e/ou estadual da organização, pela redefinição dos conteúdos do trabalhismo e pela herança do carisma varguista.

Autores como Miguel Bodea (1992), em sua obra *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*, e Lucília de Almeida Neves Delgado (1989), em sua obra *PTB, do getulismo ao reformismo (1945-1964)*, chamam a atenção para os embates entre tendências ocorridos no interior do PTB durante esse período. Diferentemente desses autores, Maria Celina D'Araújo (1996), em sua obra *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-1965*, ressalta o caráter carismático destas lutas travadas no seio do partido, que, centrado na personalidade e nas ideias varguistas, conviveu, desde a sua fundação, com inúmeras disputas entre grupos de seguidores, o que, segundo a autora, não raro resultou na exclusão política dos perdedores. Tais embates tiveram o seu ápice no período posterior a 1954, quando o comando do partido foi assumido por João Goulart, e, segundo a autora, foram potencializados pelo centralismo decisório do PTB, o que propiciava a formação destas alas que se colocavam em disputa (D'ARAÚJO, 1996, p. 20).

Tendo como base a Carta Testamento de Vargas, estes embates, segundo D'Araújo (1996, p. 20), tornaram-se polarizados: de um lado, um eixo centrado na defesa das reformas estruturais e do nacionalismo; de outro, um eixo calcado na parentela, no nepotismo e no clientelismo. Com isso, cada grupo buscou apropriar-se do carisma e rotinizá-lo de acordo com a fórmula mais ao seu alcance, não se apegando necessariamente a posições diametralmente opostas, mas posicionando-se segundo interesses específicos, ora apelando aos laços familiares para reivindicar a herança

varguista (quando ameaçados por políticos mais ideológicos), ora aderindo a um discurso ideológico (especialmente quando a pauta eram disputas eleitorais ou a defesa do ideário de Getúlio).

Sob esta lógica de disputas internas, o período pós-1954 caracterizou-se por mudanças significativas também na seção gaúcha do PTB. A morte de Vargas e o desaparecimento político de Alberto Pasqualini (derrotado no pleito de 1954 e já muito doente) abriram caminho para a ascensão de novas lideranças, tais como Jango, Fernando Ferrari, Rui Ramos e Leonel Brizola, que passaram a concorrer entre si e também com lideranças sindicalistas e veteranos trabalhistas, como José Diogo Brochado da Rocha e José Loureiro da Silva (CORTÉS, 2007; BOMBARDELLI, 2016). Nesta disputa, de acordo com Bodea (1992, p. 170-171), Jango e Brizola impuseram-se como líderes máximos do PTB em nível nacional e regional, respectivamente, através da eleição e reeleição do primeiro à vice-presidência da República, em 1955 e 1960, e da eleição do segundo à Prefeitura de Porto Alegre, em 1955, e ao Governo do Estado, em 1958.

Nas eleições de 1958, como veremos na sequência desse artigo, as disputas entre Brizola e outros membros e ex-membros do PTB evidenciam estes embates pelo domínio da sigla e pelo direito de falar em nome do trabalhismo no Rio Grande do Sul. Nas prévias do partido, ocorridas em outubro de 1957, Brizola enfrentou e superou o veterano José Loureiro da Silva, vinculado à ala comandada por Ferrari (contrária ao domínio de Jango e Brizola sobre os diretórios nacional e regional do PTB) e também postulante a candidato trabalhista. Neste mesmo pleito, enfrentou uma tentativa de impugnação da sua candidatura por parte de Guilherme Mariante, ex-deputado estadual pelo PTB, afastado do partido em 1954 após divergências com a cúpula partidária quando da indicação de Alberto Pasqualini como candidato petebista na disputa pelo governo do Estado, e líder de uma dissidência trabalhista denominada Movimento Divergente do Partido Trabalhista Brasileiro (MDPTB).

Acerca das eleições de 1958 no Rio Grande do Sul, a historiografia tem abordado apenas de uma forma sucinta a sua inserção e relevância no contexto dos embates internos do PTB pós-1954. Alguns autores como Maria Mercedes Loguercio Cánepa (2005), em sua obra *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*, ignoram a disputa entre Brizola e Loureiro da Silva. Outros como Carlos Cortés (2007), em seu livro *Política Gaúcha (1930-1964)*, ou Bodea (1992), em obra já referida, citam o embate entre estas duas lideranças trabalhistas na Convenção Regional de 1957, todavia sem um maior aprofundamento quanto à

complexidade desta disputa. Já Maura Bombardelli (2016), em sua dissertação de mestrado, intitulada *A trajetória de Fernando Ferrari no PTB: da formação do partido ao “trabalhismo renovador” (1945-1960)*, traz à baila este embate, tendo, todavia, como fio condutor de sua análise o então deputado federal Fernando Ferrari, aliado de Loureiro que na época se encontrava em atrito com as cúpulas nacional e regional do partido. Por sua vez, a tentativa de impugnação da candidatura de Brizola em 1958 por parte de Guilherme Mariante, de Alzira Mariante e do MDPTB caracteriza-se como um tema inédito para a historiografia produzida acerca desse período.

No que segue, com base nos apontamentos acima e no intuito de colaborar para os estudos acerca de Brizola, do PTB, do trabalhismo pós-1954 e da experiência democrática brasileira (1945-1964), buscamos refletir acerca das seguintes questões: como se deu a disputa entre Brizola e Loureiro da Silva pelo posto de candidato a governador pelo PTB no pleito de 1958? Como ocorreu a tentativa de impugnação da candidatura de Brizola? De que forma a luta entre esses agentes políticos reflete nos embates internos do PTB pós-1954? Quais os efeitos destas cisões na seção gaúcha do PTB sobre o processo eleitoral?

O ponto de partida teórico para essa análise será com base nas reflexões acerca do campo político. Conforme Pierre Bourdieu (2002), o campo político configura-se como um “campo de forças e como campo de lutas que tem em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento”, ou ainda como “o lugar de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos”. No interior do campo, os partidos políticos elaboram e impõe aos cidadãos uma concepção de mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível, o que, por sua vez, faz com que o campo político se configure também como “o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos” (BOURDIEU, 2002, p. 163-185)<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Se o campo se estrutura pelo estado da relação de forças entre os agentes, o *capital* de cada agente configura-se como a matéria prima dessa luta (PINTO, p. 223). Conforme Bourdieu (2007, p. 107), a capacidade de mobilização de um capital específico determina no interior de certo campo a posição social e o poder específico atribuído a um agente (BOURDIEU, 2007, p. 107). No caso do campo político, Bourdieu (2002, p. 187) acredita tratar-se o capital político de “uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objecto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem”. De acordo com o autor (2002, p. 189), este tipo de capital apenas pode ser conservado mediante um trabalho constante, não apenas visando ao acúmulo de crédito, mas também qualquer espécie de descrédito.

Segundo Bourdieu (2002, p. 171-180), toda tomada de posição no interior campo é um ato que só ganha sentido relacionalmente, por meio do jogo das oposições e distinções, na diferença e pela diferença, naquilo que o autor classifica como *desvio distintivo*. Para entender uma tomada de posição, um programa, uma intervenção ou um discurso, é necessário conhecer o conjunto de tomadas de posição assumidas no interior do campo, uma vez que “a produção de tomadas de posição depende do sistema das tomadas de posição propostas em concorrência pelo conjunto dos partidos antagonistas”. De acordo com este autor, a mesma estrutura que organiza o campo no seu conjunto, com partidos como agentes por excelência da luta simbólica travada no interior do mesmo, pode reproduzir-se no seio do partido, em cada um dos seus grupos. Bem como ocorre com os partidos concorrentes, as tendências no seio dos partidos possuem uma existência relacional, sendo impossível compreender o que são ou professam sem compreender também o que são e professam seus concorrentes.

### **A disputa com Loureiro da Silva e A Vitória de Brizola na Convenção Regional do PTB**

Bacharel em direito, Loureiro da Silva foi um político oriundo do antigo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) que, ainda na década de 1930, exerceu um papel de destaque na política gaúcha. Inicialmente, atuou como prefeito de Gravataí/RS (1931-1933). Posteriormente, já no Partido Republicano Liberal Rio-Grandense (PRL), exerceu o cargo de deputado estadual (1935-1937), e, nos últimos anos da administração de Flores da Cunha, liderou a Dissidência Liberal Pró-Vargas. Durante o Estado Novo, foi nomeado prefeito de Porto Alegre (1937-1943). Na capital gaúcha, sua administração ficou marcada, entre outras coisas, pela construção de um avançado sistema de artérias e avenidas. Ainda durante o Estado Novo, foi também nomeado diretor de crédito industrial e agrícola do Banco do Brasil (1944-1945), posto que, posteriormente, durante o governo democrático de Vargas, voltou a ocupar (1951-1954). O exercício deste cargo o permitiu viajar por todo interior do Rio Grande do Sul e expandir, para além da capital gaúcha, seu capital político de notoriedade e popularidade<sup>4</sup> (BODEA, 1992; DE GRANDI, 2002; CORTÉS, 2007).

---

<sup>4</sup> Espécie de capital político fundado no fato de ser conhecido e reconhecido (reputação, “ter um nome”) e de ter qualificações específicas (condição da aquisição e conservação da boa reputação), sendo frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros campos (BOURDIEU, 2002, p. 190-191).

Seu ingresso na política da experiência democrática, e em consequência nesse campo político que se gestava, ocorreu a partir de um capital político oriundo de um período anterior. Após a queda de Vargas e a reorganização partidária, Loureiro da Silva ingressou no Partido Social Democrático (PSD), assim como fizeram outros políticos gaúchos favoráveis a Vargas. Já em 1946, foi convencido por Getúlio a migrar para o PTB. No PTB, foi alçado por Vargas ao posto de “estruturador do partido”, o que lhe conferiu também um capital político delegado<sup>5</sup>. A partir daí, passou a organizar inúmeros diretórios nas cidades médias do interior do Estado, o que fez com que o PTB, que até então possuía representatividade apenas em Porto Alegre e na Região Metropolitana, se expandisse por todo o Rio Grande do Sul (BODEA, 1992; DE GRANDI, 2002; CORTÉS, 2007). Para além da organização dos diretórios, Loureiro também exerceu um papel decisivo tanto na fusão com a União Social Brasileira (USB) e no ingresso de Alberto Pasqualini no partido – quando atuou enquanto mediador, frente à oposição da ala sindicalista – (DE GRANDI, 2002, p. 144), quanto no processo de “desgetulização” do PSD, no qual inúmeros membros – e até diretórios inteiros – fiéis a Vargas migraram para o PTB, fortalecendo assim o trabalhismo gaúcho (BODEA, 1992, p. 30).

Contudo, apesar de sua extrema relevância na seção gaúcha do PTB, Loureiro da Silva acumulou no decorrer do período democrático uma série de frustrações políticas, especialmente no que se refere à possibilidade de concorrer ao Governo do Rio Grande do Sul, sendo preterido em três ocasiões por outros postulantes ao cargo de candidato do PTB ao Executivo estadual: em 1947, o escolhido foi Alberto Pasqualini; em 1950, por sua vez, a indicação de Vargas foi Salgado Filho e, posteriormente, após o seu falecimento, Ernesto Dornelles; em 1954, por fim, o selecionado foi novamente Pasqualini (BODEA, 1992; DE GRANDI, 2002; CORTÉS, 2007).

Apesar de preterido pela terceira vez em 1954, Loureiro da Silva, diferentemente de José Diogo Brochado da Rocha, que se desvinculou do PTB para concorrer ao Governo pelo Partido Social Progressista (PSP), não rompeu com o partido e aguardou até pleito seguinte, em 1958, para lançar-se candidato. Contudo, ainda em 1956, iniciaram-se, por conta da questão sucessória, uma série de embates na seção gaúcha do PTB

---

<sup>5</sup> Espécie de capital político que, conforme Bourdieu (2002, p. 191-192), é “produto da transferência limitada e provisória de um capital detido e controlado pela instituição”, neste caso o partido, cuja aquisição obedece à lógica da investidura, no qual a instituição/partido consagra o candidato oficial a uma eleição ou marca a transmissão de um capital político. Segundo nos mostram diversos estudos acerca do tema, especialmente entre os anos de 1945 e 1954 o PTB e o trabalhismo confundiam-se muitas vezes com Vargas e com o getulismo. Desta feita, Vargas aqui atua como uma instituição, o próprio PTB, que sobre Loureiro investiu o direito de falar em nome do partido.

protagonizados por Loureiro da Silva, vinculado em âmbito nacional a uma ala partidária liderada pelo deputado federal Fernando Ferrari e Leonel Brizola, então prefeito de Porto Alegre e ligado ao grupo comandado por João Goulart, vice-presidente da República e presidente do Diretório Nacional do PTB, que exercia forte influência sobre a máquina partidária estadual.

Mesmo com a ascensão de novas lideranças após 1954, a centralização de poder, que passara das mãos de Vargas para Jango, impedia que novos líderes, como Ferrari, assumissem um posicionamento diferente do novo chefe. Com isso, especialmente a partir da VIII Convenção Nacional, ocorrida em 1955, Ferrari iniciou uma trajetória de enfrentamento com Jango dentro do Diretório Nacional, e com a ala janguista, principalmente no interior da seção gaúcha do PTB (BOMBARDELLI, 2016). Se, segundo Bourdieu (2002, p. 180), a mesma estrutura que organiza o campo em seu conjunto pode reproduzir-se no seio do partido, é correto afirmar também que este embate iniciado por Ferrari tinha como principal intuito modificar a correlação de forças no PTB a partir da diminuição do poder de Jango sobre a agremiação.

Conforme já referido por Bourdieu (2002, p. 171-180), a mesma estrutura que organiza o campo em seu conjunto pode reproduzir-se no seio do partido e as tomadas de posições dos agentes no interior dessas organizações apenas têm sentido relacionalmente, dependendo, assim, das tomadas de posição assumidas por seus concorrentes no mesmo partido. Este pressuposto é primordial para entendermos as estratégias adotadas por Ferrari e seu grupo. Se Jango e seus aliados detinham o poder sobre a máquina partidária, os principais recursos mobilizados por Ferrari nesta disputa interna giravam em torno daquilo que classificava como o “trabalhismo verdadeiro ou autêntico”, palavras que juntamente com “renovação”, passaram a permear seus discursos, bem como o de seus aliados, como era o caso de Loureiro da Silva no Rio Grande do Sul. Enquanto Brizola obtinha visibilidade e popularidade à frente da Prefeitura da capital, construindo-se enquanto candidato a governador para o pleito de 1958, Loureiro desenvolveu, entre os anos de 1956 e 1957, uma intensa campanha por todo o Estado. Nesta disputa interna com Brizola, a fim de distinguir-se de seu opositor, Loureiro apelou a este “trabalhismo ideológico” como recurso político, dando indícios, bem como Ferrari em âmbito nacional, da insatisfação de parte do PTB gaúcho com os rumos tomados pelo partido e com a liderança de Brizola (GOMES, 1994; D’ARAÚJO, 1996; BOMBARDELLI, 2016).

Contudo, antes mesmo das disputas propriamente eleitorais envolvendo estas duas alas trabalhistas, um acontecimento político movimentou a segunda metade de 1956 e

colocou em rota de colisão os dois postulantes a candidato do PTB no pleito de 1958: a nomeação de Mário Meneghetti (irmão do então governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti), para o cargo de Ministro da Agricultura. Após a renúncia de Ernesto Dornelles, Ferrari, juntamente com a bancada do partido, tentou influir sobre a escolha do sucessor, indicando, sem êxito, um membro do PTB gaúcho: Loureiro da Silva (D'ARAÚJO, 1996; BOMBARDELLI, 2017).

Este episódio acabou gerando um conflito aberto, via imprensa, entre os dois trabalhistas, que ocupou boa parte dos noticiários políticos ao longo do mês de outubro de 1956. Insatisfeito com a sua não indicação, Loureiro passou a criticar publicamente a cúpula nacional do PTB, capitaneada por Jango, afirmando ter sido a sua indicação, por motivos pessoais, vetada pelo Diretório Nacional do partido<sup>6</sup>. Além disso, já nesse momento, passou também a vincular sua luta na seção gaúcha do PTB a uma purificação do trabalhismo, ao retorno a um “trabalhismo verdadeiro e autêntico”, e à defesa do legado de Vargas, dizendo tratar-se de “uma luta ideológica, de reação alta e digna contra a injustiça dos processos intempestivos e personalistas” e “contra os que, consciente ou inconscientemente, estão deturpando e distorcendo o grande espólio de ideias do Presidente Vargas”<sup>7</sup>. Já Brizola, em inúmeras ocasiões, saiu em defesa de Jango, afirmando que nenhum nome foi vetado pela direção nacional do PTB, tendo sido todos considerados e apresentados pela alta direção trabalhista<sup>8</sup>, e tecendo inúmeras e duras críticas à postura adotada por Loureiro<sup>9</sup>.

Tão logo as candidaturas foram sendo postas, ainda que não oficializadas, iniciaram-se as primeiras manifestações de apoio a ambos os candidatos, oriundas dos mais variados diretórios municipais e publicadas nos principais periódicos do Rio Grande do Sul, o que reforça a existência, já naquele momento, de uma divisão na seção gaúcha do PTB. Para além apenas dos diretórios municipais, esta cisão passou a ser evidenciada também entre os diretórios Regional (comandado por Rui Ramos, vinculado ao grupo de Loureiro da Silva e Fernando Ferrari) e Municipal de Porto Alegre (vinculado a Brizola), que publicamente, via imprensa, passaram a trocar acusações, especialmente referentes a Jango e ao Diretório Nacional do PTB<sup>10</sup>.

---

<sup>6</sup> *Diário de Notícias*, 04/10/1956. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>7</sup> *Diário de Notícias*, 19/10/1956. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>8</sup> *Diário de Notícias*, 14/10/1956. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>9</sup> *Diário de Notícias*, 17/10/1956 e 20/10/1956. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>10</sup> *Diário de Notícias*, 04/12/1956. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Ao término do mês de dezembro, Loureiro teve a sua candidatura oficializada no evento de inauguração do *Comitê Central Pró Candidatura José Loureiro da Silva*, que contou com a presença de destacadas lideranças do partido. Em seu discurso, ao buscar atribuir sentido à sua campanha, disse ser um dos objetivos unificar e fortalecer o PTB no Estado, a fim de fortalecê-lo também nacionalmente, bem como seu grande chefe, João Goulart<sup>11</sup>. Já Brizola teve a sua candidatura lançada nos primeiros dias de 1957, em um evento do Diretório Metropolitano de Porto Alegre. Na ocasião, o então prefeito de Porto Alegre agradeceu a lembrança de seu nome e disse ainda estar à disposição para desenvolver o melhor dos seus esforços em prol do bem-estar popular<sup>12</sup>.

Após os episódios acima referidos, é possível, ao menos publicamente, perceber uma mudança no tom dos discursos, especialmente dos postulantes a candidato. No lugar de ataques mútuos, a defesa da unidade partidária passou a ocupar um espaço considerável em suas manifestações ao longo de 1957. Loureiro, por exemplo, em entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, ao tratar de sua campanha e da disputa interna pelo posto de candidato trabalhista, afirmou acreditar em um desfecho harmonioso e favorável no embate com Brizola, pois no seio do PTB não haviam incompatibilidades fundamentais<sup>13</sup>. Brizola, por sua vez, também em entrevista ao *Diário de Notícias*, disse que tanto para ele quanto para seus demais companheiros de PTB não haveria problemas na escolha do candidato ao Executivo estadual e que, independentemente do desfecho, estariam todos unidos na linha de frente desta disputa<sup>14</sup>.

Seja no intuito de não enfraquecer o partido diante da opinião pública e da oposição, seja ainda na intenção de evitar maiores cisões, diversas manifestações como essas estamparam as páginas dos jornais gaúchos ao longo de 1957. A imagem abaixo, publicada no *Diário de Notícias* em ocasião da reunião do Diretório Regional, ilustra essa tentativa. Nela, perfilados, Loureiro da Silva, Brizola e Fernando Ferrari posam para uma fotografia, acompanhada da seguinte legenda: “Cordialidade entre trabalhistas – os altos próceres do petebismo, Srs. Loureiro da Silva, Leonel Brizola e Fernando Ferrari, ontem, no aeroporto Salgado Filho, evidenciam sorridentes o ambiente de cordialidade na agremiação trabalhista”.

---

<sup>11</sup> *Diário de Notícias*, 27/12/1956. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>12</sup> *Diário de Notícias*, 05/10/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>13</sup> *Diário de Notícias*, 22/01/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>14</sup> *Diário de Notícias*, 25/05/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 01 – Loureiro da Silva, Leonel Brizola e Fernando Ferrari, lado a lado no aeroporto Salgado Filho



Fonte: *Diário de Notícias*, 14/05/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Esta defesa da unidade partidária não impediu, contudo, que embates como os ocorridos entre Brizola e Loureiro, e também entre os diretórios Regional e Municipal de Porto Alegre, citados anteriormente, se reproduzissem em diversos outros diretórios municipais, ocasionando uma série de cisões no interior destes, divididos entre os dois postulantes trabalhistas. Em sua edição do dia 12/03/1957, por exemplo, o *Correio do Povo*, através de um *A Pedido*, deu conta da divisão ocorrida no diretório de Cachoeira do Sul, que acarretou na renúncia de seu presidente<sup>15</sup>. Já na edição do 19/04/1957, o mesmo periódico noticiou outra cisão, desta vez ocorrida no diretório municipal de Candelária<sup>16</sup>.

Se, por um lado, ao longo do ano de 1957, as declarações públicas dos postulantes a candidato pelo PTB contaram com ausência de ataques pessoais diretos e com a defesa da unidade partidária, por outro lado, e especialmente as de Loureiro da Silva, foram marcadas pelo apelo ao já citado “trabalhismo ideológico” ou “trabalhismo autêntico”. Nessas manifestações, em suma, Loureiro afirmava ser seu anseio, bem como de seus apoiadores, dar ao PTB uma estrutura ideológica requerida pelas contingências sociais, políticas e administrativas, bem como defender o legado deixado por Vargas e Pasqualini e lutar contra toda espécie de personalismo existente no interior do PTB<sup>17</sup>. Assim como na imprensa, em sua documentação particular a defesa de um verdadeiro trabalhismo e a

---

<sup>15</sup> *Correio do Povo*, 12/03/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

<sup>16</sup> *Correio do Povo*, 19/04/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

<sup>17</sup> *Correio do Povo*, 21/03/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

ideia de uma regeneração do PTB no Estado foram uma constante durante este ano. Não raras são as correspondências em que Loureiro adjetiva sua campanha como “um ato pela sobrevivência e fortalecimento dos princípios doutrinários do PTB”, ou ainda como “decisiva para renovação do PTB, dentro das grandes ideias que nortearam a vida do nosso inolvidável chefe Getúlio Vargas”<sup>18</sup>. Paralelamente ao discurso de renovação/preservação do trabalhismo, fica explícita em sua documentação particular, diferentemente de seus pronunciamentos públicos e apesar da ausência de nomes, a insatisfação de Loureiro da Silva com a liderança de Brizola, apoiado por Jango, sobre a seção gaúcha do PTB. Em diversas cartas Loureiro refere-se aos seus opositores como “navegadores do rio de lama que afundou Getúlio” e também como “a sujeira que está encardindo a sua estrutura”, referindo-se à seção gaúcha do PTB.

Brizola, até aquele momento, já havia sido eleito deputado estadual em 1947 e 1950 (sendo na segunda ocasião o mais votado para o cargo no Rio Grande do Sul) e deputado federal em 1954 (também o mais votado para o cargo no Estado). Além disso, havia se tornado membro da Executiva Estadual do PTB, em 1950, e também gerido a Secretaria de Obras Públicas do Governo de Ernesto Dornelles (1952-1954), através da qual angariou um capital político de notoriedade e popularidade que o permitiu ser conhecido, para além do Legislativo, também como administrador (especialmente em decorrência da elaboração e execução do Plano de Obras do Estado), o que por sua vez o possibilitou concorrer e vencer a disputa pela Prefeitura de Porto Alegre em 1955. Uma vez na Prefeitura, Brizola aprovou e executou também o Plano de Obras da capital gaúcha e especialmente através do rádio, em programas semanais pela Rádio Farroupilha, realizou uma intensa e extensa publicidade dos feitos de sua gestão (ALVES, 2020, p. 37-51).

Já Loureiro da Silva, afastado há alguns anos da política estadual, passou a desenvolver uma intensa campanha pelo Rio Grande do Sul, realizando inúmeras viagens pelo Estado, especialmente no interior, como é possível verificar a partir de fontes de imprensa e de sua documentação particular. Nessas viagens, participou de inúmeras reuniões, palestras, almoços, jantares, e inaugurações de comitês eleitorais, momentos nos quais, segundo ele, buscou apresentar-se aos seus correligionários, realizar estudos

---

<sup>18</sup> Acervo Particular José Loureiro da Silva. Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre. Ao tratarmos da documentação particular desse político ao longo desse trabalho, estaremos nos referindo também a esse respectivo acervo.

acerca dos problemas rio-grandenses, expor suas ideias político-administrativas e também debater a respeito de assuntos do PTB.

Tais estratégias, cada qual a seu modo, podem ser analisadas à luz do que nos diz Bourdieu (2002, p. 189) acerca do capital político e da necessidade de um trabalho constante visando seu acúmulo, preservação e qualquer espécie de descrédito: Loureiro, após anos afastado da política partidária estadual, buscou reaver, junto aos diretórios municipais do interior (muitos deles organizados pelo próprio Loureiro), um capital político de notoriedade e popularidade anteriormente detido por ele; Brizola, por sua vez, em trajetória política ascendente, utilizou da Prefeitura de Porto Alegre para ampliar um capital político de notoriedade e popularidade adquirido anos antes, e assim construir-se enquanto candidato ao Governo do Rio Grande do Sul.

Concomitantemente a isto, à medida em que os meses avançaram, intensificaram-se na imprensa, e em especial nos periódicos *Diário de Notícias* e *Correio do Povo*, manifestações de apoio oriundas de diversos diretórios municipais e comitês recém-formados, em prol de ambos candidatos. Chama a atenção, neste sentido, as evidências da interferência de Loureiro junto a estas manifestações, presentes em suas correspondências particulares (não constatadas, no caso de Brizola, em decorrência da falta de acesso à sua documentação privada). Em diversos casos, Loureiro solicitou aos diretórios e comitês declarações de apoio, a fim de que pudesse publicá-las em jornais da capital e do interior e também realizar sua leitura nas mais diversas rádios do Estado, dando assim visibilidade à sua campanha e vinculando a ela uma ideia de adesão entre os trabalhistas.

Além destas manifestações de apoio, outro meio, via imprensa, através do qual Brizola e Loureiro buscaram construir-se enquanto candidatos ao governo do Rio Grande do Sul foram os *A Pedido*. Abaixo, segue dois desses *A Pedido*, ambos publicados no *Correio do Povo*, que ilustram a utilização deste meio de comunicação como instrumento para obtenção de visibilidade e popularidade por parte dos candidatos.

Figuras 02 e 03 – Propagandas políticas de Loureiro da Silva e Leonel Brizola. Fontes:

*Correio do Povo*, 19/05/1957 e 30/06/1957



Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Ao longo do ano de 1957, slogans como “Realização” e “Dinamismo”, presentes na figura 02, foram recorrentes nas propagandas de Brizola veiculadas através da imprensa, especialmente em periódicos como o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*. Tais slogans fazem referência aos seus feitos à frente da Secretaria de Obras Públicas do Estado e da Prefeitura de Porto Alegre, apelam a um capital de notoriedade e popularidade adquirido por Brizola no comando de ambas e apresentam-no como um político dotado de competências específicas necessárias a um administrador moderno, como a “esperança do Rio Grande” para dias melhores.

Já no caso da propaganda de Loureiro da Silva (figura 03), é possível verificar uma legenda que faz referência à experiência política dos dois postulantes a candidato pelo PTB: enquanto Loureiro já teria realizações passadas como garantia, Brizola seria um experimento, devido tanto à sua juventude quanto ao seu pouco tempo de realizações administrativas (a esta altura, Brizola completava um ano e seis meses à frente da Prefeitura de Porto Alegre). Além da imagem e da legenda, este *A Pedido* é composto também por um longo texto acerca do prócer trabalhista. Nele, sua trajetória, incluindo o papel desempenhado na construção do PTB no Estado e a sua administração na capital gaúcha durante o Estado Novo, é amplamente explorada e exaltada. Além disso, sua relação com Vargas e, em especial, o convite para organizar a seção gaúcha do PTB e dirigir o Banco do Brasil são destacadas pela publicação. Assim, Loureiro não apenas é apresentado como detentor de competências e saberes específicos próprios de um

administrador, indispensáveis a quem postula o cargo de governador do Estado, ou seja, um capital político de notoriedade e popularidade, mas também investido de um capital político delegado por Getúlio, que ao convidá-lo para estruturar o partido no Estado, investiu sobre ele a sua “benção” para liderar o trabalhismo no Rio Grande do Sul.

Ainda sobre as respectivas propagandas, cabe aqui uma análise comparativa. Enquanto a propaganda de Loureiro da Silva era composta por um cliché com a sua foto e completada por uma legenda e um título que não se diferenciavam da diagramação dos periódicos e da forma como os mesmos colocavam suas demais legendas e títulos, a de Brizola era composta por um cliché que trazia outra forma de combinar imagens e palavras. Com base nisso, é possível supor que os responsáveis pela campanha de Loureiro tenham entregue ao periódico uma foto, dele um texto e solicitado ao jornal que realizasse o anúncio, enquanto os de Brizola já entregaram o cliché pronto, com a combinação de imagens e letras. Isso, por sua vez, nos permite pensar não apenas em níveis de organização diferentes das respectivas campanhas, mas sendo os candidatos oriundos de gerações distintas, em posturas diferentes mediante a necessidade de conquista do eleitorado, própria da experiência democrática. De um lado, Loureiro da Silva, apostando em uma forma tradicional de propaganda do outro, Brizola buscando estabelecer uma nova forma de propaganda e uma nova linguagem capaz de atingir estes eleitores.

Afora o trabalhismo ideológico e a unidade partidária, outros dois temas relevantes para a compreensão do desfecho desta disputa com Brizola foram pauta de algumas declarações realizadas por Loureiro durante a sua campanha. O primeiro deles diz respeito a uma possível inelegibilidade de Brizola ao governo do Rio Grande do Sul por conta de seu parentesco com Jango. Ainda em meados de 1957, Loureiro da Silva, de forma pública, já dizia não acreditar em uma candidatura de Brizola, possível do ponto de vista legal apenas mediante à renúncia de Jango<sup>19</sup>. Já próximo à data da Convenção Regional, este assunto veio novamente à baila nas manifestações de Loureiro da Silva, desta vez em correspondências expedidas pelo veterano trabalhista a Fernando Ferrari e a outros correligionários. Incrédulo quanto à uma vitória sua na Convenção do dia 24 de outubro, Loureiro, todavia, apostava em desdobramentos que lavariam à impugnação da candidatura de Brizola, à indicação de outro candidato de sua ala – provavelmente

---

<sup>19</sup> *Correio do Povo*, 26/05/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Antônio Brochado da Rocha – e à resolução da questão referente a escolha do candidato trabalhista ao governo estadual apenas no decorrer do ano seguinte.

Já o segundo tema refere-se à atuação de João Caruso Scuderi, vinculado à ala de Brizola, enquanto 1º vice-presidente do Diretório Regional (eleito ainda em meados de maio de 1957)<sup>20</sup>. Como referido acima, dias antes da Convenção Regional Loureiro da Silva já se mostrava pessimista quanto à sua escolha como candidato ao governo estadual pelo PTB, admitindo levar o que classificou como “uma grande surra”. Tal ceticismo explica-se, em grande medida, como é possível verificar em cartas a Fernando Ferrari e outros correligionários, pela “negligência” de Rui Ramos no que tange à estruturação dos diretórios municipais durante sua gestão enquanto 1º vice-presidente do Diretório Regional, e pela posterior atuação de Caruso Scuderi nesse sentido, que em um curto período de tempo organizou cerca de 80 diretórios em todo o Estado. Dessa forma, apesar de contar com uma imensa maioria da opinião partidária e pública, Loureiro acreditava que a máquina montada favoreceria Brizola.

Diferentemente de sua documentação particular, não foi possível verificar nas fontes de imprensa analisadas nenhuma declaração de Loureiro acerca do assunto. Contudo, em entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, publicada em sua edição do dia 14/10/1957, próxima às datas das cartas citadas acima, Caruso Scuderi manifestou-se acerca de uma suposta declaração de Loureiro à imprensa, na qual o veterano trabalhista lhe fez acusações com este teor, negando qualquer parcialidade na organização dos diretórios, colocando-se neutro na disputa entre Loureiro e Brizola e reforçando a existência de uma unidade partidária entre os petebistas<sup>21</sup>.

Indo ao encontro do pessimismo de Loureiro quanto à sua escolha como candidato do PTB, a imprensa, às vésperas da Convenção Regional, já dava como certa a vitória do prefeito de Porto Alegre, que conforme publicação que estampava a capa do *Diário de Notícias* em sua edição de 24/10/1957, contava com o apoio de cerca de 90% dos diretórios<sup>22</sup>. De acordo com a ata da primeira sessão, a Convenção Regional do PTB foi aberta às 14h desse mesmo dia. Logo de início, Caruso Scuderi realizou uma “prestação de contas” de sua gestão até aquele momento, especialmente no que se refere à estruturação dos diretórios municipais pelo Estado (uma possível resposta ao partido acerca das acusações sofridas por parte de Loureiro dias antes), abordando o número e a

---

<sup>20</sup> *Diário de Notícias*, 14/05/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>21</sup> *Diário de Notícias*, 14/10/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>22</sup> *Diário de Notícias*, 24/10/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

situação dos diretórios existentes antes de sua gestão e o trabalho realizado junto aos municípios que não contavam com diretórios do PTB ou ainda nos quais os mandatos findariam antes da data da Convenção. Na sequência, discutiu-se ainda sobre as alianças partidárias e, posteriormente, Loureiro da Silva realizou um pronunciamento no qual resumiu suas principais propostas e realizou um balanço de sua campanha. Ao contrário de Loureiro, Brizola não discursou e retirou-se da Convenção alegando motivos de força maior, conforme a ata<sup>23</sup>.

Chegado o momento de escolha do candidato do PTB para a disputa ao Governo do Rio Grande do Sul em 1958, compareceram à cabine 215 delegados dos 108 diretórios votantes (cada diretório representado por dois delegados, exceto Jaguarão que possuía apenas 01 voto). Ao final da votação, Brizola foi proclamado vencedor por um placar de 177 votos contra 38 de Loureiro da Silva. Após muitos aplausos Brizola foi conduzido novamente ao recinto da Convenção, seguido por Loureiro.

Deste momento ao final da sessão, este primeiro dia da Convenção Regional do PTB foi marcado, segundo a ata já citada, por uma série de discursos que, bem como nos meses que a antecederam, iam em direção à defesa da unidade partidária. Loureiro da Silva e Rui Ramos, representantes da ala derrotada, declararam desde então apoio à candidatura e campanha de Brizola, que a partir daquela data tornava-se “o candidato de todos os trabalhistas”. Já Brizola agradeceu a indicação, dizendo existir no partido diversos outros companheiros com melhores qualidades que as suas e prometendo, em campanha ou em um possível governo, honrar a confiança nele depositada.

No dia seguinte, a esmagadora vitória de Brizola já estampava as capas dos principais periódicos do Estado, como o *Diário de Notícias*, que enfatizou não apenas a ampla diferença de votos entre os dois postulantes, mas também os discursos dos candidatos e alguns dos principais líderes trabalhistas no Estado, voltados como dito anteriormente à defesa da unidade partidária. Contudo, para além disso, a mesma notícia destaca o embate (não relatado em ata) em torno da escolha do candidato ao Senado, ocorrido no primeiro dia de Convenção, que envolveu membros das duas alas e acarretou em trocas de ofensas, confusão generalizada e até mesmo ameaça a mão armada por parte do deputado estadual Wilson Vargas.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> Ata da primeira sessão da Convenção Regional do PTB/RS – Tribunal Regional Eleitoral – TRE-RS. Ao longo desse trabalho, ao tratarmos dos fatos ocorridos na Convenção Regional (afora as suas repercussões), estaremos nos referindo ao mesmo documento.

<sup>24</sup> *Diário de Notícias*, 25/10/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

### **“Brizola elegível”: a tentativa de impugnação da candidatura de Leonel Brizola e a vitória na justiça eleitoral**

Um dos acontecimentos mais relevantes ocorridos durante o processo eleitoral de 1958 no Rio Grande do Sul, apesar de não explorado pela historiografia, foi a tentativa de impugnação da candidatura de Leonel Brizola ao governo estadual, sob a alegação de inelegibilidade, por conta de seu parentesco com João Goulart. Tal tese alicerçou-se nos artigos 139, II, b, e 140, I, b da Constituição de 1946:

Art. 139. São também inelegíveis:

II - Para governador e vice-governador:

b) até um ano depois de afastados definitivamente das funções, o Presidente, o Vice-Presidente da República e os substitutos que haviam assumido a presidência;

Art. 140 - São ainda inelegíveis, nas mesmas condições do artigo anterior, o cônjuge e os parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau:

I - do Presidente e do Vice-Presidente da República ou do substituto que assumir a presidência:

b) para Governador;<sup>25</sup>

Ao longo do ano de 1957, este foi um tema recorrente na imprensa do Rio Grande do Sul. Neste período, inúmeros periódicos, como o *Diário de Notícias* e o *Jornal do Dia*, em seus noticiários políticos, informaram acerca de uma possível inelegibilidade de Brizola e aventaram nomes que pudessem substituir o prefeito de Porto Alegre como postulante a candidato por sua ala partidária, como Antônio Brochado da Rocha (já aventado por Loureiro da Silva em correspondência acima citada) e Rubem Berta. Nas páginas dos mesmos periódicos, inúmeros juristas e políticos, trabalhistas e não trabalhistas, também se manifestaram, favoravelmente ou não, acerca da candidatura de Brizola.

Em correspondência enviada pelo Dr. Ruy Rosado de Aguiar, advogado gaúcho, a Brizola, datada de 08/11/1957, este tema também foi pauta de discussão. Com base nesse documento é possível perceber um intenso debate entre o advogado e o agora

---

<sup>25</sup> Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 07/08/2019.

candidato trabalhista ao governo estadual, o que por sua vez aponta para certa apreensão de Brizola no que se refere à uma possível impugnação de sua candidatura<sup>26</sup>.

Interessado no registro de candidatura de Brizola, Loureiro da Silva também se manteve atento aos rumos tomados pelo oponente, como é possível verificar a partir de sua documentação particular e, especialmente, em uma correspondência expedida a um afilhado, a quem chama apenas de Gilbertinho, datada de 12/03/1958. Contudo, diferentemente das correspondências expedidas em outubro do ano anterior, nas quais se mostrava otimista quanto à uma mudança no quadro político, nesta carta Loureiro revelou-se descrente no que concerne à uma possível impugnação da candidatura do prefeito de Porto Alegre, apesar de considerar a possibilidade de um recurso por parte da Frente Democrática. Importa aqui destacar a não citação, nesta ou em outras cartas, dos nomes de Guilherme Mariante e Alzira Mariante, responsáveis pela impugnação da candidatura de Brizola, ou ainda do MDPTB, movimento por ele liderado (acerca dos quais falaremos a seguir). Semelhantemente, não foi possível verificar na imprensa nenhuma conexão de Ferrari ou Loureiro com os Mariante. Tais fatos nos dão indícios, portanto, da não participação de Loureiro, ao menos de forma direta, neste processo.

No início de 1958 a possibilidade de impugnação da candidatura de Brizola novamente veio à tona na imprensa gaúcha, juntamente com diversas opiniões de juristas e políticos acerca de sua elegibilidade ao cargo de governador do Estado. Após alguns dias de atraso, tendo como base as datas informadas pela imprensa, foi entregue ao TRE-RS em 18/03/1958 o registro de candidatura de Brizola, juntamente com os de Guido Mondin – candidato do Partido da Representação Popular (PRP) ao Senado pela coligação PTB-PRP-PSP – e mais 22 candidatos a deputado estadual pelo PTB<sup>27</sup>. Tão logo publicado o pedido de registro de candidatura de Brizola no *Diário Oficial do Estado*, veio o pedido de impugnação do mesmo, impetrado pelos já citados Guilherme e Alzira Mariante<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> Acervo Francisco Brochado da Rocha – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS. Ao tratarmos da documentação particular desse político ao longo desse trabalho, estaremos nos referindo também a esse respectivo acervo.

<sup>27</sup> Registro de candidatura de Leonel de Moura Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS. Ao tratarmos do registro de candidatura de Brizola e ao processo referente à tentativa de impugnação de sua candidatura (afora as suas repercussões na imprensa, estaremos nos referindo a esse documento).

<sup>28</sup> Não foram verificadas nas fontes analisadas, bibliográficas e primárias, referências acerca de Alzira Guimarães Mariante.

Mas afinal, quem era Guilherme Mariante? Sindicalista no âmbito rural<sup>29</sup> e um dos fundadores do PTB no Rio Grande do Sul<sup>30</sup>, foi eleito deputado estadual pelo mesmo partido em 1947, angariando um total de 2.866 votos (sendo apenas o 22º candidato mais votado do partido no pleito)<sup>31</sup>. Nas eleições de 1950 (paralelamente à ascensão de novos quadros, como Brizola e Jango, sobre as antigas lideranças sindicais), concorreu novamente à Assembleia Legislativa pelo PTB e não se elegeu, obtendo um total de 2.286 votos nesta ocasião. Após o fim de seu mandato, em 1951, não exerceu nenhum outro cargo eletivo. Em 1954, conforme nos mostra Bombardelli (2017, p. 110), envolveu-se de forma direta nos embates em torno da escolha do candidato trabalhista ao governo estadual para as eleições daquele mesmo ano, sendo, após a cisão decorrente desta disputa, afastado do partido juntamente com outros “dioguistas”. Correspondências presentes no acervo particular de José Diogo Brochado da Rocha também dão conta desta ligação com o prócer trabalhista. Em carta recebida em meados de setembro de 1957, por exemplo, Mariante, cujo remetente não identificado afirma estar intransigentemente contra a candidatura de Brizola, é citado como um amigo próximo a Brochado da Rocha<sup>32</sup>. Não ligado a Ferrari ou a Loureiro (ao menos pelo que nos informam as fontes consultadas), Mariante compunha outro grupo divergente, que, bem como o capitaneado pelos dois, já em 1954 demonstrou-se insatisfeito com o domínio de Goulart e Brizola sobre o PTB gaúcho. Contudo, em 1958, para além desta antiga divergência, as razões que levaram Guilherme e Alzira Mariante a este movimento são incertas.

Cabe ressaltar, nesse sentido, o fato de, conforme apontam especialmente as fontes de imprensa, o movimento contrário à candidatura de Brizola não ter se configurado enquanto um ato individual. Em suas edições do dia 31/05/1958, por exemplo, o *Diário de Notícias*<sup>33</sup> e o *Jornal do Dia*<sup>34</sup> noticiaram trocas de cartas e o apoio do MDPTB<sup>35</sup>, liderado por Guilherme Mariante, à candidatura de Walter Peracchi Barcelos, da Frente Democrática. O mesmo grupo viria a aparecer novamente no decorrer da campanha eleitoral, especialmente a partir da publicação de inúmeros *A Pedido*, contrários à candidatura de Brizola.

---

<sup>29</sup> *Correio do Povo*, 30/11/1946. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

<sup>30</sup> Ata de fundação do Diretório Estadual do PTB no Rio Grande do Sul (1945) – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

<sup>31</sup> Atas dos resultados eleitorais de 1947 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

<sup>32</sup> Acervo José Diogo Brochado da Rocha. Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul.

<sup>33</sup> *Diário de Notícias*, 31/05/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>34</sup> *Jornal do Dia*, 31/05/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>35</sup> Nas fontes e bibliografia consultadas, não foi possível obter maiores informações acerca deste movimento e de seus integrantes.

Se é inviável dar como certa, para além da declaração de apoio citada acima, qualquer ligação entre Guilherme e Alzira Mariante com a Frente Democrática, o mesmo não se pode dizer do interesse da coligação em torno do pedido de impugnação por eles impetrado. Inúmeras, por exemplo, foram as declarações dadas por políticos ligados aos partidos que compunham a Frente à imprensa, contrárias à candidatura de Brizola e em confluência com os argumentos expostos por Guilherme e Alzira. Para além do Rio Grande do Sul, a atuação da Frente junto à imprensa estendeu-se também a outras localidades, como o Rio de Janeiro, especialmente por meio de João Neves da Fontoura, que passou a agir junto aos periódicos *O Globo* e o *Correio da Manhã* contra a candidatura de Brizola, como é possível verificar a partir de sua documentação pessoal<sup>36</sup>.

Em contrapartida, o prefeito de Porto Alegre e seus aliados, também para além apenas da imprensa local, passaram a atuar junto a periódicos cariocas, como é possível perceber em carta sem emissário, presente no acervo de Francisco Brochado da Rocha, destinada a Brizola, a João Caruso Scuderi e ao próprio Brochado da Rocha. Nela, este emissário do PTB no Rio de Janeiro afirmou estar atuando junto ao *A Última Hora*, em contato direto com Samuel Weiner, para a publicação de entrevistas, reportagens e editoriais, naquilo que classificou como uma “ofensiva” sobre o registro. Além do *A Última Hora*, este emissário informou também acerca do alinhamento com outros jornais, como o *Diário Carioca*, e da tentativa frustrada de conversações com o *Correio da Manhã*, que, como visto anteriormente, já encontrava-se alinhado com a Frente Democrática, atuando como um dos principais agentes de oposição a candidatura de Brizola no centro do país.

Sobre o teor do pedido de impugnação, este baseou-se, conforme nos mostra o registro de candidatura de Brizola, nos seguintes argumentos: a) a prematuridade do pedido, dada a ausência de instruções para o pleito daquele ano por parte do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (as anteriores só vigoraram até o pleito de 1954); b) a inelegibilidade de Brizola, com base nos artigos 139, II, b, e 140, I, b da Constituição Federal que, na visão dos requerentes, tornavam inelegíveis os parentes consanguíneos até 2º grau do Vice-Presidente da República, e, no caso de governadores, até um ano depois do afastamento definitivo do Vice-Presidente de suas funções; e c) a forte influência de Jango enquanto Vice-Presidente sobre a política do Estado, que seria potencializada a partir de uma possível eleição de seu cunhado Brizola.

---

<sup>36</sup> Acervo João Neves da Fontoura – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS.

Com base na documentação presente no acervo particular de Francisco Brochado da Rocha (cartas, pareceres, cópias de requerimentos e recursos, entre outros), é possível verificar uma ampla movimentação em torno do tema, bem como a formação de uma espécie de “equipe jurídica”, liderada por Francisco Brochado da Rocha. Tal corpo jurídico contava ainda, pelo que nos mostra tal documentação, com a participação de ilustres figuras do meio jurídico e político, tais como San Tiago Dantas, Nereu Ramos, Caruso Scuderi, o já citado Ruy Rosado de Aguiar, entre outros.

Chegada a data de apreciação pelo TRE-RS, decidiu-se, por um placar de 5 votos a 1, aceitar o registro da candidatura de Brizola. Conforme a maioria dos juízes, todas as formalidades legais e estatutárias haviam sido preenchidas, não sendo o parentesco com Jango suficiente para torná-lo inelegível, uma vez que o mesmo não havia assumido a Presidência da República no decurso do prazo de um ano antes da eleição.

Entretanto, não se esgotaram aí os esforços de Guilherme e Alzira Mariante contra o registro de candidatura de Brizola. Na mesma edição em que veiculou o veredito do TRE-RS sobre o caso, o *Diário de Notícias* informou também acerca de um possível recurso por parte dos Mariante ao TSE<sup>37</sup>, que veio a confirmar-se nos primeiros dias do mês de junho. Uma tomada de posição já prevista e de certa forma desejada por Brizola e o corpo jurídico por ele organizado, conforme nos mostra uma correspondência enviada por Francisco Brochado da Rocha, na qual afirma considerar este um movimento interessante, uma vez que, percorrendo todas as instâncias jurídicas, “acabaria com possíveis chicanas, na hipótese de diplomação”.

Em seu recurso, como nos mostra o registro de candidatura de Brizola, Guilherme e Alzira Mariante alegaram que uma decisão dessa envergadura não poderia restringir-se apenas ao âmbito regional, sendo necessária também uma análise por parte do TSE. Além disso, sustentaram todos os argumentos apresentados anteriormente. Em sessão realizada ainda no início do mês de agosto, os juízes do TSE, indo ao encontro do veredito proferido pelo TRE-RS, decidiram por unanimidade não reconhecer o recurso interposto pelo casal.

Contudo, novamente as investidas do casal Mariante contra a candidatura de Brizola não se encerraram após a decisão do TSE. Depois de meses de campanha eleitoral, Brizola sagrou-se governador do Rio Grande do Sul, obtendo um total de 670.003 votos (55,2%) contra 500.944 votos (41,2%) de Walter Peracchi Barcelos. Esta configurou-se como a maior votação obtida até então por um candidato ao Executivo estadual e também

---

<sup>37</sup> *Diário de Notícias*, 29/03/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

a maior diferença percentual do vencedor sobre o segundo colocado desde o início do período democrático<sup>38</sup>. Em sua edição do dia 31/10/1958, isso é, pouco menos de um mês após a vitória do candidato trabalhista, o *Diário de Notícias* informou acerca de um recurso extraordinário de Guilherme Mariante junto ao Superior Tribunal Federal (STF), referente ainda à decisão do TSE, e também outro recurso contra a diplomação de Brizola junto ao TSE<sup>39</sup>.

Diferentemente da tentativa de impugnação da candidatura de Brizola junto ao TRE-RS e ao TSE, não foi possível ter acesso aos documentos referentes ao recurso extraordinário de Mariante junto ao STF, bem como ao recurso contra a diplomação de Brizola no TSE, por parte do mesmo autor, sendo possível acessar o seu conteúdo apenas por meio daquilo que foi noticiado pelos periódicos gaúchos. Contudo, correspondências presentes no acervo particular de Francisco Brochado da Rocha não apenas ratificam a existência de tais recursos, como também confirmam uma ampla mobilização da já citada equipe jurídica montada por Brizola em torno de ambos. Em correspondências expedidas a San Tiago Dantas e a Hugo Mosca, datadas de 12 de dezembro de 1958, Francisco Brochado da Rocha mostra-se otimista quanto à decisão do STF, que segundo ele consideraria não apenas as deliberações do TRE-RS e do TSE, mas também a decisão tomada pelo povo nas urnas. Nelas, ainda, solicita o auxílio de ambos para que não lhes falte elementos à defesa. Já em correspondência enviada para Rafael Azambuja, Brochado da Rocha solicita à Azambuja que esteja atento ao recurso referente à diplomação de Brizola, com o qual pouco se importaram até aquele momento devido à sua improcedência, mas que por tratar-se de um assunto de Justiça, merecia o devido cuidado.

Ao analisarmos os periódicos *Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Dia*, não foi possível verificar quaisquer notícias acerca do um desfecho referente ao recurso extraordinário de Mariante junto ao STF. Entretanto, sabe-se que ele foi positivo em favor de Brizola, uma vez que o então eleito governador assumiu o cargo ao final de março de 1959<sup>40</sup>. No que se refere ao recurso contra a sua diplomação, o TSE, em meados de janeiro de 1959, decidiu negar provimento ao pedido de Guilherme Mariante, encerrando-se assim os recursos possíveis<sup>41</sup>.

---

<sup>38</sup> Fonte: Atas dos resultados eleitorais de 1947, 1950, 1954 e 1958 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

<sup>39</sup> *Diário de Notícias*, 31/10/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>40</sup> *Diário de Notícias*, 23/03/1959. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>41</sup> *Diário de Notícias*, 12/01/1959. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

## **Conclusão**

Mais do que apenas um movimento eleitoral, buscamos nesse trabalho situar a disputa entre Leonel Brizola e Loureiro da Silva pelo posto de candidato trabalhista para as eleições de 1958 em um contexto mais amplo, de disputa pelo domínio da seção gaúcha do PTB, ligada também a um embate pelo controle do partido em âmbito nacional. Se, conforme explica Bourdieu (2002, p. 164), o campo é, entre outras coisas, um local de lutas que visam transformar a relação de forças que confere ao campo a sua estrutura, e esta estrutura, segundo o mesmo autor (2002, p. 180), pode reproduzir-se em cada um de seus pontos no interior dos partidos, então o movimento iniciado por Loureiro visando o pleito de 1958, bem como em nível nacional envolvendo Ferrari e Jango, pode ser compreendido como uma tomada de posição que buscava modificar a correlação de forças na seção gaúcha do PTB através da diminuição da influência de Brizola e seu grupo sobre o partido no Estado.

A fim de diferenciar-se de seu opositor, naquilo que Bourdieu (2002, p. 179) classifica como o jogo das oposições e das distinções ou *desvio distintivo*, Loureiro recorreu a um movimento em andamento, de oposição ao grupo liderado por Jango, capitaneado nacionalmente por Fernando Ferrari, buscando legitimar-se a partir do apelo a um “trabalhismo ideológico”: à redefinição do programa partidário e conteúdo ideológico, à luta contra o personalismo e a demagogia, bem como à defesa do ideário de Vargas. Tal movimento vai ao encontro das reflexões de D’Araújo (1996, p. 20) acerca destas disputas intrapartidárias que, para além da clivagem entre tendências, aponta para o caráter carismático destas lutas, nas quais os agentes aderiram ora ao discurso ideológico, ora a parentela, ao nepotismo e ao clientelismo, como em diversos momentos fez Loureiro da Silva.

Já no âmbito propriamente eleitoral, ambos os postulantes a candidato, de diferentes maneiras (viagens, inaugurações de comitês, e também por meio da imprensa, especialmente jornais e rádio), buscaram mobilizar seu capital político a fim de construir-se enquanto opção ao governo estadual: enquanto Brizola lançou mão tanto de um capital político delegado, adquirido pela proximidade com Vargas e Jango, quanto de um capital político de notoriedade e popularidade, obtido especialmente pela sua passagem pela Secretaria de Obras Públicas e pelo exercício do cargo de prefeito de Porto Alegre, Loureiro buscou valer-se de um capital político de notoriedade e popularidade, obtido

quando de sua administração em Porto Alegre durante o Estado Novo e também de um capital político delegado, investido sobre ele por Vargas, seja em decorrência da nomeação como prefeito da capital gaúcha, como diretor do Banco do Brasil, ou da designação para estruturar o PTB no Rio Grande do Sul.

Acerca da vitória de Brizola sobre Loureiro da Silva na Convenção Regional de 1957, é possível aventar algumas hipóteses. Se Loureiro aderiu ao “trabalhismo ideológico” a fim de angariar apoio no interior do partido, algumas das fontes anteriormente analisadas apontam para a utilização da máquina partidária por parte de Brizola no intuito de obter sucesso nessa disputa. Apesar de Loureiro ter sido, originalmente, o organizador da maioria dos diretórios do partido, a ascensão de Brizola na seção gaúcha do PTB a partir de 1950, especialmente através da executiva estadual e da Secretaria de Obras Públicas do Governo Dornelles, permitiu a este exercer forte influência sobre esses diretórios municipais, em um momento em que o veterano trabalhista se manteve afastado da política partidária. Este domínio sobre a máquina do PTB gaúcho veio a consolidar-se a partir da eleição de Caruso Scuderi à 1º primeiro vice-presidente do Diretório Regional, quando o número de novos diretórios organizados sobre a influência desta ala aumentou de forma substancial. Apesar de contar com um amplo capital político e com inúmeros apoiadores no interior do partido, a máquina, neste momento, estava nas mãos de Brizola. Tal fato pode, ao que tudo indica, ter levado a um direcionamento dos votos desses diretórios à candidatura do prefeito de Porto Alegre.

Tanto ao longo dessa disputa quanto em seu desfecho, durante a Convenção Regional, a defesa pública de uma coesão e unidade partidária entre os trabalhistas permeou boa parte de suas manifestações. Conforme explica Bourdieu (2002, p. 172-173), a luta entre os agentes no interior do campo se dá sob uma série de regras que o regem, e que visam a preservação do jogo político, dos privilégios de se jogar o jogo e do próprio campo. Nesse caso, também é possível transportar esse pressuposto para uma análise partidária, da seção gaúcha do PTB. Mesmo em meio a uma batalha aberta entre os dois grupos, seus membros buscaram a todo momento a preservação da imagem do partido, a fim de que essa cisão não favorecesse seus adversários da Frente Democrática.

Bem como no caso da disputa entre Loureiro da Silva e Brizola, a tentativa de impugnação da candidatura de Brizola por parte de Guilherme Mariante também se enquadra em um contexto de disputas em torno do trabalhismo ocorridas pós-1954. Assim como na disputa pelo posto de candidato trabalhista ao governo estadual, os mesmos pressupostos do campo político já explicados por Bourdieu, de que as lutas ocorridas no

campo têm em vista transformar a relação de forças que confere ao campo a sua estrutura em dado momento (BOURDIEU, 2002, p. 164) e de que a mesma estrutura que organiza o campo em seu conjunto pode reproduzir-se no seio dos partidos (BOURDIEU, 2002, p. 180), podem ser aqui utilizados. Insatisfeito com o domínio de Jango e Brizola sobre a máquina partidária estadual, Mariante, juntamente com outros “dioguistas”, insurgiu-se contra cúpula partidária no intuito de modificar a correlação de forças na seção gaúcha do PTB, sendo afastado da agremiação. Contudo, uma vez excluído do jogo político e dos benefícios de se jogar o jogo – nesse caso, o partido –, a lógica de adesão e preservação do jogo e também do próprio campo, apontada por Bourdieu (2002, p. 172-173), passou a não se aplicar mais a Mariante, fazendo com que este criasse um movimento de oposição ao PTB, também intitulado trabalhista, buscasse a impugnação da candidatura de Brizola e declarasse apoio a Frente Democrática contra o seu antigo partido.

### **Referências**

ALVES, Samuel da Silva. **“Ideias novas para problemas velhos”**: a candidatura e campanha eleitoral de Leonel Brizola ao Governo do Rio Grande do Sul em 1958. [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre: PUCRS, 2020.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BOMBARDELLI, Maura. **A trajetória de Fernando Ferrari no PTB**: da formação do partido ao “trabalhismo renovador” (1945-1960). [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

BOMBARDELLI, Maura. O PTB e as eleições estaduais de 1954 e 1958 no Rio Grande do Sul: disputas internas, novas lideranças e mudanças na agenda do partido. In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (Orgs.). **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: Oikos, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: ZOUK, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e representação política**: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CORTÉS, Carlos E. **Política Gaúcha** (1930-1964). Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-1965**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB, do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DE GRANDI, Celito. **Loureiro da Silva, o Charrua**. Porto Alegre, Literalis, 2002.

GOMES, Angela de Castro. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. *In: \_\_\_\_\_*. (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 133-160.

PINTO, Céli Regina Jardim. O poder e o político na teoria dos campos. **Veritas: revista trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS**, Porto Alegre, vol. 41, n. 162, p. 221-227, jun. 1996.